

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	29
------------------------------------	-----------

À GUISA DE INTRODUÇÃO: POR QUE UM CURSO DE SENTENÇA PENAL?	33
<i>(Fabrício Castagna Lunardi)</i>	

Capítulo I

ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A PREPARAÇÃO PARA A SENTENÇA PENAL DO CONCURSO	37
<i>(Luiz Otávio Rezende)</i>	

1. Regras gerais constantes da resolução n. 75/09 do Conselho Nacional de Justiça	37
2. Orientações práticas de preparação – técnicas de redação da sentença penal	41
2.1. Início da preparação – aquisição da técnica de elaboração da sentença por meio de treinamentos com exercícios simulados	41
2.2. Treinamento – orientações práticas	42
2.2.1. A correta administração do tempo	42
2.2.2. Esquema prévio ou roteiro lógico da sentença antes de se iniciar a resposta	43
2.2.3. Material de apoio ao treinamento	46
2.2.4. Caligrafia – aperfeiçoamento e aspectos relativos ao uso da letra de forma	47
2.3. Aspectos essenciais da linguagem e da fundamentação da sentença	48
2.3.1. Sentença completa e com linguagem clara, concisa, correta e organizada	48
2.3.2. Atenção especial às especificidades do problema (datas e imputação penal), bem como às questões cognoscíveis de ofício	50
2.3.3. Observância obrigatória da orientação dos Tribunais Superiores (jurisprudência e entendimentos sumulados) e referências legais	52
2.4. Prova de sentença determinada – adaptação do treinamento às características da prova – orientações específicas	54
2.4.1. Análise das provas anteriores – estilo, extensão do questionamento e limitação de linhas	54
2.4.2. Pesquisa do perfil dos examinadores – estilos de redação, estruturação de parágrafos e fundamentação por esses adotados	58

Capítulo II**ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SENTENÇA 61***(Fabício Castagna Lunardi)*

1. Requisitos da sentença	61
2. Forma de exposição dos elementos da sentença	62
3. Preâmbulo	64
4. Ementa	65
5. Relatório da sentença criminal	66
5.1. Funções do relatório	66
5.2. Questões redacionais	66
5.2.1. A expressão “Vistos etc.”	66
5.2.2. Aspectos linguísticos, ordenação e conteúdo do relatório	67
5.2.3. Tempo verbal e verbos comumente utilizados	68
5.3. Estruturação e modelo de relatório	69
5.4. Relatório no caso de dois ou mais processos sendo julgados simultaneamente	71
5.5. Frase de transição	72
5.6. Relatório dispensado – técnicas de leitura e anotação a partir do relatório proposto pela Banca Examinadora	72
6. Fundamentação	73
6.1. Definição, função, redação, estruturação e conteúdo da fundamentação	73
6.2. Paradigma de fundamentação: artigo 315, § 2º, do CPP	77
7. Preliminares ao mérito	79
7.1. Questões introdutórias	79
7.2. Ordem de apreciação das preliminares (ao mérito)	80
7.3. Rol de preliminares do art. 564 do CPP	81
7.4. Preliminares (ao mérito) mais comuns na praxe judicial e em concursos públicos	82
7.4.1. Incompetência (CPP, art. 564, I)	82
7.4.1.1. Aspectos gerais sobre competência	82
7.4.1.2. Foro por prerrogativa de função e desmembramento do feito em relação aos corréus	83
7.4.1.3. Competência da Justiça Federal	83
7.4.1.4. Competência de Juizado Especial Criminal	86
7.4.1.5. Conexão ou continência	87
7.4.1.6. Foro competente, juízo competente, distribuição e prevenção	88
7.4.1.7. Desclassificação para crime de competência de outro juízo	89

7.4.1.8. Convolução dos atos do juiz incompetente pelo juízo competente	90
7.4.1.9. Dica para concurso e modelo de redação	91
7.4.2. Legitimidade das partes (CPP, art. 564, II)	92
7.4.3. Nulidades (CPP, art. 564, III, 'a' a 'p', IV, e parágrafo único)	93
7.4.4. Citação	96
7.4.5. Produção antecipada de provas	96
7.4.6. Defesa preliminar em crimes funcionais	98
7.4.7. As provas ilícitas, a teoria dos frutos da árvore envenenada e a teoria da fonte autônoma de prova	100
7.4.8. Interceptação telefônica, gravação telefônica e gravação ambiental	102
7.4.9. Prova emprestada	105
7.4.10. Questões referentes à busca e apreensão	106
7.4.11.	
Laudo pericial	111
7.4.12. Provas obtidas no exterior	113
7.4.13. Colaboração Premiada	114
7.4.14. Investigação realizada pelo Ministério Público	118
7.4.15. Ausência do Ministério Público na audiência de instrução	119
7.4.16. Ausência da Defesa técnica constituída na audiência de instrução	119
7.4.17. Inversão da ordem de oitiva de testemunhas, oitiva de testemunha na ausência do réu, inquirição de testemunha pelo sistema "cross examination" e ordem de quem pergunta	120
7.4.18. Carta precatória	122
7.4.19. Reconhecimento de pessoas	124
7.4.20. Interrogatório do réu	127
7.4.21. Identidade física do juiz	129
7.4.22. Inépcia da inicial por inadequação na capitulação jurídica – impossibilidade	130
7.5. Modelos	131
8. Preliminares de mérito	131
8.1. Aspectos introdutórios	131
8.2. Morte do agente	132
8.3. Anistia, graça ou indulto	133
8.4. <i>Abolitio criminis</i>	135
8.5. Prescrição	138

8.5.1. Aspectos introdutórios e espécies	138
8.5.2. Prescrição da pretensão punitiva	140
8.5.3. Prescrição retroativa	141
8.5.4. Prescrição intercorrente ou superveniente	143
8.5.5. Causas suspensivas e interruptivas da prescrição	144
8.5.6. Prescrição da pena de multa	145
8.5.7. Prescrição e concurso de crimes	145
8.6. Decadência	145
8.7. Perempção	146
8.8. Renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito	147
8.9. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite	147
8.10. Perdão judicial	148
8.11. Pagamento do débito tributário	150
8.12. Modelos	150
9. Questões prejudiciais	151
10. Mérito propriamente dito	152
10.1. Aspectos introdutórios e estruturação	152
10.2. Materialidade do crime	155
10.3. Autoria do delito	157
10.3.1. Concurso de pessoas: coautoria e participação	157
10.4. Tipicidade	160
10.4.1. Possibilidade de nova definição jurídica do fato: <i>Emendatio Libelli</i> e <i>Mutatio Libelli</i>	162
10.4.1.1. <i>Emendatio Libelli</i>	162
10.4.1.2. <i>Mutatio Libelli</i>	164
10.5. Antijuridicidade	166
10.6. Culpabilidade	167
10.7. Circunstâncias legais, que influenciam na pena	168
10.7.1. Circunstâncias qualificadoras	170
10.7.2. Causas de aumento e de diminuição de pena	170
10.7.3. Circunstâncias agravantes e atenuantes	171
11. Dispositivo	172
11.1. Aspectos gerais	172
11.2. Sentença condenatória	172
11.3. Sentença absolutória	174
11.4. Sentença absolutória imprópria	175

11.4.1. Quadro sinóptico da diferenciação entre a aplicação da pena privativa de liberdade e a medida de segurança	179
12. Individualização da pena (sentença penal condenatória)	180
12.1. Introdução	180
12.2. Sistema de aplicação da pena	181
12.3. Esquema prático de aplicação da pena pelo juiz	182
12.4. Dosimetria da pena (de acordo com o sistema trifásico)	182
12.4.1. Considerações iniciais	182
12.4.1.1. Quadro esquemático da diferenciação entre qualificadoras, circunstâncias judiciais, agravantes e atenuantes e causas de aumento e de diminuição na aplicação da pena	183
12.4.2. Início da dosimetria	185
12.4.3. Primeira fase de aplicação da pena	185
12.4.3.1. Circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal	185
12.4.3.2. Circunstâncias judiciais em crimes específicos	195
12.4.3.3. Forma de calcular a pena-base	195
12.4.4. Segunda fase de aplicação da pena	200
12.4.4.1. Circunstâncias agravantes	201
12.4.4.1.1. Reincidência (art. 63 do CP)	203
12.4.4.2. Circunstâncias atenuantes	205
12.4.4.3. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes e preponderâncias	206
12.4.5. Terceira fase de aplicação da pena	207
12.4.5.1. Causas de aumento de pena	207
12.4.5.2. Causas de diminuição de pena	208
12.4.5.3. Concurso de causas de aumento e/ou de diminuição	209
12.4.6. Concurso de crimes	212
12.4.6.1. Aspectos introdutórios	212
12.4.6.2. Concurso material	213
12.4.6.3. Concurso formal	213
12.4.6.4. Crime continuado	215
12.4.6.5. Concurso formal e crime continuado	218
12.4.6.6. Concurso de crimes e pena de multa	218
12.4.6.7. Fundamentação em relação às três fases de aplicação da pena no caso de concurso de crimes – evitar repetições	218
12.4.7. Modelos	219
12.4.8. Limite máximo para a pena privativa de liberdade	222

12.5. Pena de multa	222
12.6. Regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade	228
12.6.1. Detração para fins de fixação de regime	231
12.6.2. Crimes hediondos	232
12.7. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	233
12.7.1. Requisitos e critérios para a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos	236
12.8. Suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>)	237
12.8.1. Aspectos introdutórios	237
12.8.2. Espécies de <i>sursis</i>	239
12.8.2.1. <i>Sursis</i> simples (ou comum)	239
12.8.2.2. <i>Sursis</i> especial	240
12.8.2.3. <i>Sursis</i> etário	241
12.8.2.4. <i>Sursis</i> humanitário	242
12.8.3. <i>Sursis</i> e crimes hediondos e equiparados	242
12.8.4. Resumo	243
12.8.5. Modelos	244
13. Disposições finais	245
13.1. Efeitos da sentença penal condenatória	245
13.2. Efeitos extrapenais da sentença penal condenatória	245
13.2.1. Efeitos secundários extrapenais genéricos	246
13.2.1.1. Perdimento, em favor da União, dos instrumentos e do produto do crime	246
13.2.1.2. Reparação do dano	248
13.2.1.3. Perda alargada ou confisco especial	249
13.2.2. Efeitos secundários extrapenais específicos	250
13.2.2.1. Perda do cargo, função pública ou mandato eletivo	250
13.2.2.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela	252
13.2.2.3. Inabilitação para dirigir veículo	253
13.2.2.4. Vedação de nomeação, designação ou diplomação em qualquer cargo, função pública ou mandato eletivo entre o trânsito em julgado da condenação até o efetivo cumprimento da pena	253
13.2.3. Fixação de valor mínimo de indenização	254
13.3. Considerações finais obrigatórias	256

SUMÁRIO

13.3.1. Liberdade ou prisão processual (análise do “direito de recorrer em liberdade”)	256
13.3.1.1. Expedição de mandado de prisão ou de alvará de soltura	260
13.3.2. Expedição de guia ou carta de sentença	260
13.3.3. Comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral (sentença penal condenatória)	261
13.3.4. Inexistência de inscrição no rol dos culpados – extinção desse efeito da condenação	261
13.3.5. Intimação da vítima	261
13.3.6. No caso de sentença absolutória	262
13.3.7. Custas processuais	262
13.3.8. Determinação de arquivamento do processo	263
13.3.9. Outras providências (específicas)	264
13.4. Epílogo	264
13.5. Fecho ou parte autenticativa	265

Capítulo III

ASPECTOS ESSENCIAIS DOS CRIMES MAIS COBRADOS NOS CONCURSOS PARA O INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

267

(Luiz Otávio Rezende)

1. Furto	268
2. Roubo	276
3. Extorsão	285
4. Estelionato	287
5. Estupro	296
6. Receptação	304
7. Associação Criminosa (quadrilha ou bando)	309
8. Corrupção de menores	313
9. Crimes envolvendo violência doméstica	316
10. Tráfico de drogas e Associação para o tráfico	325
11. Tabela com os crimes cobrados nos últimos certames da magistratura estadual e federal	340

Capítulo IV

SÚMULAS E PRECEDENTES DO STF E STJ (DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL)

359

(Luiz Otávio Rezende)

1. Entendimentos sumulados dos Tribunais Superiores sobre direito penal e direito processual penal	359
--	-----

1.1. Superior Tribunal de Justiça	359
1.2. Supremo Tribunal Federal	366
2. Teses fixadas sob a sistemática da Repercussão Geral (STF)	368
3. Teses fixadas sob a sistemática de Recurso Repetitivo (STJ)	378

Capítulo V

PROVAS SIMULADAS	389
-------------------------------	-----

(Luiz Otávio Rezende)

1. Enunciados	390
1.1. Exercício 01 – crime contra a pessoa em situação de violência doméstica	390
1.2. Exercício 02 – crimes previstos em legislação especial e no Código Penal	393
1.3. Exercício 03 – crime contra o patrimônio em concurso com delito previsto em legislação especial	395
1.4. Exercício 04 – crime contra o patrimônio em concurso com delito contra a fé pública	400
1.5. Exercício 05 – crimes previstos em legislação especial	404
1.6. Exercício 06 – crime contra a pessoa, em concurso com delitos contra a liberdade individual	409
1.7. Exercício 07 – crimes previstos em legislação especial	416
1.8. Exercício 08 – crimes contra o patrimônio, contra a fé pública e previsto em legislação especial	419
1.9. Exercício 09 – crime contra o patrimônio	424
1.10. Exercício 10 – crime previsto em legislação especial	425
1.11. Exercício 11 – crime contra o patrimônio em concurso com delito previsto em legislação especial	428
1.12. Exercício 12 – crimes previstos no Código Penal	430
1.13. Exercício 13 – crime contra o patrimônio em concurso com crime contra a inviolabilidade dos segredos e delito praticado por particular contra a administração em geral	433
2. Espelhos Padrão	436
2.1. Exercício 1	436
2.2. Exercício 2	443
2.3. Exercício 3	446
2.4. Exercício 4	450
2.5. Exercício 5	453
2.6. Exercício 6	461
2.7. Exercício 7	466

2.8. Exercício 8	471
2.9. Exercício 9	475
2.10. Exercício 10	476
2.11. Exercício 11	478
2.12. Exercício 12	481
2.13. Exercício 13	485
Capítulo VI	
SENTENÇAS DE CASOS REAIS	491
<i>(Luiz Otávio Rezende)</i>	
1. Art. 140, § 3º, do CP	492
2. Art. 171, § 3º, c/c os artigos 69 e 71, todos do Código Penal	497
3. Art. 217-a, § 1º e 217-a, § 1º, c/c 14, II, do CP	502
4. Art. 33, <i>caput</i> , c/c art. 40, incisos III e VI, todos da Lei nº 11.343/2006, art. 12, c/c art. 16, § 1º, inciso IV, da Lei n.º 10.826/2003 e art. 180, <i>caput</i> , do CP	509
5. Art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, c.c. art. 14, inciso II, e art. 129, ' <i>caput</i> ', todos do Código Penal (Júri – pós-plenário)	521
6. Art. 121, § 2º, I e IV, por duas vezes, e art. 155, <i>caput</i> , duas vezes, e art. 121, § 2º, I e IV, duas vezes, artS. 180, <i>caput</i> , e 304, <i>caput</i> c/c art. 297, todos do CP (Júri – sentença de pronúncia)	527
7. Artigo 155, § 4º, c/c art. 14, inciso II, do Código Penal	535
8. Artigos 150, 147 e 129, § 9º, este último c/c art. 14, inc. II, todos do Código Penal	538
9. Artigo 168, § 1º, inciso III, do Código Penal	552
10. Artigo 333 do Código Penal	557
11. Art. 215-a e 216-a, <i>caput</i> e § 2º, do CP	561
12. Artigo 157, §2º, incisos II e V e §2º-A, inciso I, do Código Penal e no Artigo 244-B do ECA	567
13. Artigo 1º, <i>caput</i> , inciso V, e § 1º, inciso I, da Lei n. 9.613/98	577
14. Art. 331 do Código Penal	587
15. Artigo 157, § 2º, I e II, do CP – sentença posterior à Lei 13.654/2018	593
16. Artigo 158, § 1º do CP e art. 244-b da Lei 8.069/90	598
17. Artigo 147 do CP	607
18. Art. 334, § 3º, do CP	613
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	619
POSFÁCIO	623